

Ata da 8ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Itapagipe, MG. Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às dezenove horas, realizou-se a oitava Reunião Ordinária, sob a presidência do vereador Wilson Paula Rodrigues e secretariada pelo vereador Rafael Queiroz Leonel. Pelo livro próprio registrou-se a presença dos seguintes vereadores: - Bruno Faria Ferreira, Claudia Rosa Tavares, Divino Omar Barbosa, Fransérgio de Oliveira Borges, Lucimário Carneiro Barbosa, Luiz Leonel Filho, Rafael Queiroz Leonel, Sinvaldo Roberto Barbosa e Wilson Paula Rodrigues. Constatado a presença de todos os vereadores, o senhor Presidente declarou aberto os trabalhos e pediu a todos presentes para rezar o Pai Nosso. Em seguida determinou a leitura da ata da reunião anterior, que sem manifestação discordante foi declarada aprovada. Na sequência, determinou a leitura do expediente que constou de: - Requerimento de uso de tribuna do senhor Gleicon Rodrigues Soares; Emenda Modificativa e Aditiva nº 01, ao Projeto de Lei nº 597, de 12/05/2026, que altera dispositivos do Projeto de Lei Municipal nº 597/2026, para adequar a participação de produtores rurais pessoas físicas e restringir a concessão de serviços correlatos no âmbito do Programa Nova Itapagipe Desenvolve; Projeto de Lei Municipal nº 597, de 12/05/2026, que institui o Programa Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Empresarial do Município de Itapagipe/MG (Programa Nova Itapagipe Desenvolve); autoriza a concessão de incentivos públicos para instalação, ampliação e fortalecimento de empresas; disciplina a execução de serviços de apoio operacional com utilização de máquinas, equipamentos e infraestrutura pública e dá outras providências; e Indicação nº 11/2026, de autoria da vereadora Claudia Rosa Tavares. Em seguida, o senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Gleicon Rodrigues Soares, tendo o mesmo feito a apresentação do relatório anual de atividades 2025 da EMATER-MG, através de slides e explicações. Após, alguns vereadores fizeram perguntas a respeito do tema abordado. Passado para a ordem do dia, o senhor Presidente colocou em votação a Emenda Modificativa e Aditiva nº 01, ao Projeto de Lei nº 597, que altera dispositivos do referido Projeto, para adequar a participação de produtores rurais pessoas físicas e restringir a concessão de serviços correlatos no âmbito do Programa Nova Itapagipe Desenvolve. Encaminhada às Comissões de Legislação, Justiça e Redação, de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Obras e Serviços Públicas, recebeu pareceres favoráveis de todos os seus membros. Submetida a apreciação do Plenário, foi aprovada por oito votos favoráveis. A seguir, Projeto de Lei Municipal nº 597, de 12/05/2026, que institui o Programa Municipal de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Empresarial do Município de Itapagipe/MG (Programa Nova Itapagipe Desenvolve); autoriza a concessão de incentivos públicos para instalação, ampliação e fortalecimento de empresas; disciplina a execução de serviços de apoio operacional com utilização de máquinas, equipamentos e infraestrutura pública e dá outras providências. Encaminhado às Comissões de Legislação, Justiça e Redação, de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Obras e Serviços Públicas, recebeu pareceres favoráveis de todos os seus membros. Ordenado a votação do Plenário, foi

aprovado por oito votos favoráveis. Em seguida, procedeu leitura de Indicação nº 11, de autoria da vereadora Claudia, pela qual indica ao senhor Prefeito por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, sejam promovidos estudos técnicos, visando a análise da viabilidade de regularização dos lotes localizados na Vila Coqueiros, neste município, bem como da eventual abertura e regularização de novos lotes na localidade, observadas as disposições legais, técnicas, urbanísticas e ambientais aplicáveis. Após justificativa, foi submetida a votação do Plenário, sendo aprovada por unanimidade. Passado para a parte final, o vereador Luiz Leonel Filho abordou sobre a necessidade de aquisição de uma área para retirada de terra para doar para as pessoas que estão construindo, de forma correta e organizada para evitar denúncias ou questionamentos de favorecimento, para manter o controle da situação de maneira transparente e justa. Sugeriu também estudar a possibilidade de disponibilização de dois ou três caminhões, especialmente aos finais de semana, para auxiliar no transporte de terra e materiais até os lotes. Disse que o Município possui maquinários, como patrol, reto e caminhões basculantes, que podem auxiliar os moradores, levando a terra para dentro dos terrenos e espalhando, facilitando para quem deseja construir e serviria como incentivo para que os proprietários possam melhorar seus imóveis e, conseqüentemente, suas condições de vida. Enfatizou que seria uma medida que a administração pública poderia oferecer às pessoas que desejam conquistar melhorias para suas famílias e garantir aquilo que muitas vezes é o bem mais precioso de alguém, construir seu lar e sua tranquilidade. Prosseguindo, o vereador Bruno Faria Ferreira relatou que foi procurado por grupo de professores das escolas municipais que vieram questionar sobre o uso das câmeras nas salas de aula. Disse que foi um dos vereadores que apresentou Indicação para instalação das câmeras nas escolas, e que na época, entendeu que as mesmas poderiam trazer mais segurança, resguardando alunos, pais e professores. Porém, os professores vieram relatar preocupação com a forma como essas câmeras estão sendo utilizadas, segundo eles, estariam sendo avaliados por meio das imagens das salas de aula e que diante disso, procurou conversar, ouvir os relatos e encaminhou ofício à secretária de Educação e que inclusive vai conversar pessoalmente com o senhor Prefeito sobre o assunto. Informou que atualmente não existe regulamentação específica, nem projeto de lei tratando do uso dessas câmeras. Informou que questionou vários pontos, se existe captação de áudio, quais locais são monitorados, qual a finalidade das gravações e se as imagens estão sendo utilizadas para acompanhamento pedagógico. Relatou que os professores relataram que, em alguns casos, principalmente em creches, aconteceram situações em sala e rapidamente alguém da administração aparece no local, dando a entender que há monitoramento constante das imagens naquele momento e que isso gerou desconforto entre os profissionais. Disse que outro ponto levantado foi que muitas vezes, quando ocorrem situações envolvendo indisciplina de alunos, danos ao patrimônio público ou até desrespeito ao professor, não há a mesma cobrança ou providência e que os professores sentem que existe fiscalização apenas de um lado. Informou que a

secretária respondeu oficialmente que os professores não são avaliados pelas câmeras. Porém, segundo relatos recebidos, em reuniões anteriores, teria sido mencionado que haveria esse tipo de avaliação e que acredita que tudo precisa ser esclarecido e regulamentado corretamente. Enfatizou que precisam organizar essa situação com responsabilidade, que a ideia é reunir a Secretaria de Educação, diretores das escolas e demais envolvidos para discutir o tema e elaborar um projeto de lei que regulamente o uso das câmeras nas escolas municipais. Informou que também encaminhou ofício questionando sobre os benefícios anunciados aos professores relacionados ao cumprimento de metas, algo semelhante a um 14º salário, para que possa prestar esclarecimentos aos profissionais que o procuraram e que acredita que esse debate já começou a produzir efeito positivo, porque os professores relataram que algumas situações já começaram a mudar. Sobre a questão do áudio, disse que caso exista captação sonora nas câmeras, precisa estar devidamente regulamentado e identificado, porque envolve direitos e questões legais importantes. Ressaltou que não é fácil cuidar de crianças, que exige muita responsabilidade e dedicação e parabenizou os professores pelo trabalho que fazem diariamente. Afirmou que não vai expor situações específicas ou imagens que foram comentadas, mas o que mais preocupa é essa sensação de monitoramento constante, e que as professores não são contra a existência das câmeras, pelo contrário, muitas entendem que elas são importantes para proteção dos alunos, dos pais e também dos próprios profissionais e o que o problema é a forma como isso pode estar sendo utilizado. Saliu que as câmeras deveriam servir para situações específicas, quando ocorre algum problema e há necessidade de verificar, até mesmo mediante solicitação formal dos pais ou por necessidade administrativa ou judicial e que por isso, acredita que tudo precisa estar regulamentado em lei. Disse que outro ponto que relataram foi uma fala atribuída à nova secretária, em reunião, dizendo que os professores deveriam agir de determinada maneira porque quem paga os impostos são os pais dos alunos. Asseverou que os professores também pagam impostos, são cidadãos e merecem respeito e valorização como qualquer outro trabalhador. Enfatizou que o diálogo é o melhor caminho e que se a secretária quiser vir até esta Casa para conversar, esclarecer os pontos e construir uma solução conjunta, estará à disposição, poderão reunir representantes da secretaria, professores, direção das escolas, pais e todos os envolvidos para alinhar essa situação, principalmente em defesa do respeito e da valorização dos profissionais da educação. Ato contínuo, a vereadora Claudia fez justificativa de Emenda de sua autoria e abordou sobre as empresas de pequeno porte, produtores rurais, associações, cooperativas, empreendimentos agroindustriais e também processos de instalação, ampliação e regularização fazem parte dessa legislação, que é uma lei ampla e extremamente importante para o município e cabe aos vereadores, fiscalizar se ela realmente está sendo implementada da forma correta e com os resultados que a população precisa. Acrescentou que sempre que vem a esta Casa defender um projeto ou lei, faz isso com muita responsabilidade, porque tem compromisso em estudar, ler, entender e fiscalizar

aquilo que estão votando, e é por isso que traz essas informações com segurança. Sobre a questão das câmeras, disse que existe um projeto de regulamentação já protocolado junto à administração e à Procuradoria Jurídica do município, aguardando parecer. Disse que hoje existem câmeras em vários setores públicos, inclusive na saúde, na UPA e em outros ambientes da administração municipal e que acredita que tudo isso precisa ser regulamentado. Relatou que existe câmera instalada até em área de cozinha da UPA e que precisam discutir e ver o que a lei permite e o que está correto, o que fere direitos dos trabalhadores e da população. Ponderou que na sua visão, algumas situações estão completamente inadequadas, que há locais de trabalho e ambientes administrativos sendo monitorados sem critérios claros, o que pode gerar exposição indevida de profissionais. Informou que o projeto foi devidamente protocolado nesta Casa e também encaminhado à Procuradoria do Município para análise jurídica, porque lei precisa ser construída com clareza, responsabilidade e segurança para todas as partes envolvidas. Por último, destacou a importância da agricultura familiar e comunicou que em breve estarão apresentando um novo projeto, em parceria com a EMATER, que será o Cartão Feira, executado junto à comunidade dos Vicentinos, que busca incentivar famílias em situação de vulnerabilidade, fortalecer a produção local e apoiar os pequenos produtores do município. Enfatizou que o desenvolvimento rural envolve assistência técnica, incentivo, conhecimento, políticas públicas e leis claras que realmente contribuam para o crescimento do produtor e da economia local e que está aqui para defender o que acredita ser importante para os produtores rurais e para toda a população. Finalizando, o Senhor Presidente fez as considerações finais e agradeceu a presença de todos. Nada mais foi tratado, encerrou-se a reunião. Para constar, eu, *Rafael Queiroz Leonel*, secretário, mandei lavrar a presente ata, a qual vai devidamente assinada por mim, pelo senhor Presidente e demais vereadores, depois de lida e aprovada na próxima reunião. Sala das reuniões, 18 de maio de 2026.

Vereador Rodrigues.....	Presidente:	Wilson	Paula
----------------------------	-------------	--------	-------

Vereador Ferreira.....	Vice-Presidente:	Bruno	Faria
---------------------------	------------------	-------	-------

Vereador Leonel.....	Secretário:	Rafael	Queiroz
-------------------------	-------------	--------	---------

Vereadora Tavares.....		Claudia	Rosa
---------------------------	--	---------	------

Vereador Divino Omar Barbosa.....

Vereador Fransérgio de Oliveira
Borges.....

Vereador Lucimário Carneiro
Barbosa.....

Vereador Luiz Leonel Filho.....

Vereador Sinvaldo Roberto
Barbosa.....